

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizada a servidora abaixo relacionada a realizar o regime de teletrabalho de forma híbrida.

NOME:	MATRICULA:	PLANO DE TRABALHO
IONE MACEDO DE MEDEIROS SALEM	009.587-7	SEI ID 30502016

Art. 2º. Esta Portaria terá vigência enquanto perdurar a situação descrita no Decreto nº 33.953/2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

WERNER FARKATT TABOSA

Diretor Geral

RELAÇÃO PROPRIETÁRIOS COM CADASTRO AMBIENTAL RURAL 1 - SICAR

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - IDEMA torna pública a Relação de Proprietários com o Cadastro Ambiental Rural analisado pela equipe técnica do órgão ambiental competente (IDEMA) e que não atenderam as pendências, quanto à retificação e/ou apresentação de documentos, tendo o prazo de 10 dias úteis a partir da publicação para o cumprimento ou comparecimento ao órgão devidamente justificado, sujeito a pena de suspensão do registro de inscrição perante o SICAR (Sistema de Cadastro Ambiental Rural)

Nome do Proprietário	CPF	Notificação via Central do Proprietário	Data da Notificação via Central do Proprietário	Data do AR
Luzia Candido de Souza	626.934.764-53	RN-NOT-2024-000022	19/07/2024	03/09/2024
Francisco Aluisio Beserra	170.070.624-15	RN-NOT-2024-000033	31/07/2024	03/09/2024
Francisca das Chagas Câmara e Francisco das Chagas de Souza	937.046.824-20 499.623.104-15	RN-NOT-2024-000038	31/07/2024	03/09/2024
João de Deus de Araújo	625.914.014-20	RN-NOT-2024-000034	31/07/2024	05/11/2024
Alzira Paulina Dantas	638.671.254-49	RN-NOT-2024-000050	26/08/2024	23/10/2024
Anamélia Regina da Silva e Erivan Otaviano da Costa	077.924.574-19 057.247.614-08	RN-NOT-2024-000059	27/08/2024	23/10/2024
Emami Jose Varella de Melo	903.209.944-49	RN-NOT-2024-000067	28/08/2024	04/10/2024
Francisco Vitor Sobrinho	423.528.864-49	RN-NOT-2024-000077	04/09/2024	05/11/2024
Damião Lourenço da Silva	026.778.534-85	RN-NOT-2024-000081	16/09/2024	23/10/2024

COMUNICADO

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, comunica que se encontra à disposição dos interessados no site do IDEMA através do link <https://sistemas.idema.rn.gov.br/servicos/rima.php>, o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, referente à viabilidade ambiental para o Conjunto Fotovoltaico Santo Agostinho, composto pelas composto pelas usinas fotovoltaicas UFV Santo Agostinho 1, UFV Santo Agostinho 2, UFV Santo Agostinho 3, UFV Santo Agostinho 4, UFV Santo Agostinho 5, UFV Santo Agostinho 6, UFV Santo Agostinho 7, UFV Santo Agostinho 8, UFV Santo Agostinho 9, UFV Santo Agostinho 10, UFV Santo Agostinho 11 e UFV Santo Agostinho 16. O Conjunto Fotovoltaico prevê Módulos Bifaciais Monocristalino de 655 Wp, totalizando uma capacidade instalada de 509,36 MW, localizada no município de Pedro Avelino/RN, através do Processo de licenciamento ambiental nº 2024-214551/TEC/LP-0238, de interesse de SANTO AGOSTINHO SOLAR PARTICIPACOES E GERACAO DE ENERGIA LTDA, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar desta publicação, para solicitação de Audiência Pública, esclarecimentos e/ou apresentação de críticas e sugestões, conforme Resoluções CONAMAN nº 01/86, e Nº 09/87 e suas alterações.

WERNER FARKATT TABOSA

Diretor Geral

Instituto de Gestão das Águas do RN - IGARN

PORTARIA-SEI Nº 3, DE 07 DE JANEIRO DE 2025.

O Diretor-Presidente do Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte - IGARN, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 6º da Lei Complementar nº 483/2013, de 03 de janeiro de 2013, RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora MARIA CLARA FERREIRA NUNES EUFRÁSIO, ocupante do cargo de Subcoordenadora de Fiscalização, registrada sob a matrícula nº. 2443481, para responder pela Coordenadoria de Regulação, em substituição ao servidor NELSON CÉSIO FERNANDES SANTOS, por motivo de férias, durante o período de 07/01/2025 a 05/02/2025, nos termos do art. 38, § 3º da Lei Complementar Estadual nº. 122/1994.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Natal/RN, 07 de janeiro de 2025. (assinado eletronicamente)

JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA

Diretor-Presidente do IGARN em substituição legal, conforme os termos da Portaria nº 01, de 02 de janeiro de 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA

Processo nº 00610091.000945/2024-66

Portaria-SEI Nº 3643, de 02 de dezembro de 2024

*A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições conferidas pelo art. 54, I e XIII, da Lei Complementar nº 163, de 5 de fevereiro de 1999, e;

Considerando o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata da Lei de Licitações e Contratos Administrativos e a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, resolve:

Art. 1º Constituir a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) para contratação de serviços referentes a gestão de transportes no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP).

Art. 2º Designar a Equipe de Planejamento da Contratação composta pelos servidores abaixo mencionados, lotados na Coordenadoria de Administração e Infraestrutura/COADI, sob a coordenação do primeiro.

- MARCO ANTÔNIO FRANÇA DE OLIVEIRA, matrícula nº 90987-4 - Setor: Subcoordenadoria de Contratos e Serviços/SCS;

- JANE APARECIDA NAVES MAGALHÃES, matrícula nº 241225-0 - Setor: Subcoordenadoria de Aquisição de Suprimentos/SAS/GAT;

- JADMYLLA COSTA DE MEDEIROS, matrícula nº 228.559-2 - Setor: Subcoordenadoria de Aquisição de Suprimentos/SAS/GAT.

Art. 3º Compete a Equipe de Planejamento da Contratação-EPC as seguintes atividades:

I - elaborar o Documento de Formalização da Demanda (DFD), que contempla a:

- justificativa da necessidade da contratação da solução;
- quantidade de bens ou serviços da solução a ser contratada;
- previsão de data em que deve ser iniciada a prestação do serviço ou fornecimento do bem; e,
- indicação do(s) integrante(s) da equipe de planejamento, podendo recair a indicação naquele a quem será confiada a fiscalização dos serviços, o qual poderá participar de todas as etapas do planejamento da contratação.

II – Elaborar o Estudo Técnico Preliminar (ETP), incluindo a Análise de Risco.

III – Elaborar o Termo de Referência (TR)/ Projeto Básico (PB).

IV – Acompanhar as demais fases da contratação, atuando na pronta resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos ou impugnações.

V – Desenvolver outras atividades necessárias à completa execução das etapas de planejamento da contratação e apoio técnico à seleção do fornecedor.

Parágrafo único. A responsabilidade pelas atividades acima elencadas é de todos os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação-EPC, os quais deverão contribuir com sua elaboração e conferência, formalizadas pela assinatura dos documentos.

Art. 4º A Equipe de Planejamento da Contratação é o conjunto de servidores que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento da contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros, visando o fortalecimento e estruturação do planejamento, a articulação entre as áreas e a minimização dos riscos intrínsecos à contratação.

Art. 5º Os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação devem ter ciência expressa da indicação das suas respectivas atribuições, antes de serem formalmente designados.

Art. 6º São competências dos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação:

I – Integrante Requisitante – servidor representante da área requisitante que possui conhecimentos técnicos e/ou de uso do objeto e atuará como coordenador da Equipe de Planejamento da Contratação.

II – Integrante Administrativo – servidor representante das áreas de contratos, licitações, compras, dentre outras. Auxiliará a Equipe de Planejamento da Contratação-EPC na orientação do alinhamento do objeto a ser contratado quanto às regras internas e externas das respectivas áreas, com vistas a reduzir erros, atrasos na fase de execução em decorrência de falhas da fase de planejamento da contratação.

III – Coordenador – servidor que coordenará todo o processo de planejamento, inclusive quanto às prioridades e prazos para andamento dos trabalhos da Equipe de Planejamento da Contratação.

Art. 7º Estima-se o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão da etapa de planejamento da contratação e apresentação dos documentos introdutórios, podendo ser prorrogado com justificativa fundamentada.

Art. 8º A Subsecretaria de Gestão e Planejamento poderá definir de forma diversa a formação da equipe responsável pelo planejamento das contratações, quando contemplarem área técnica específica da estrutura da Secretaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretária de Estado da Saúde Pública, em Natal/RN, 02 de dezembro de 2024.

Lyane Ramalho Cortez

Secretária de Estado da Saúde Pública-SESAP-RN

*republicar por incorreção

Processo nº 00810046.002431/2024-80

Portaria-SEI Nº 4243, de 30 de dezembro de 2024.

Autoriza Repasses do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte, destinados a modalidade de transferências de recursos de emendas parlamentares

*A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º da Lei Complementar Estadual 663, de 13 de janeiro de 2020, e;

Considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

Considerando o Art. 18 da Lei Complementar Estadual 663, de 13 de janeiro de 2020, que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte (FES/RN) serão transferidos na forma regular e automática aos Fundos Municipais de Saúde para despesas, de custeio e de capital, mediante portaria do Secretário de Estado da Saúde Pública, observado o disposto nos arts. 19 a 21 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 11.545, de 12 de setembro de 2023, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio Grande do Norte para o exercício financeiro de 2024;

Considerando a obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais como estabelece o § 10, Art. 106, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte;

Considerando o Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, que em seu art. 25: Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde;

Considerando o Decreto 29.543, de 20 de março de 2020, que regulamenta o Fundo Estadual de Saúde, de que trata a Lei Complementar Estadual nº 663, de 13 de janeiro de 2020;

Considerando que o repasse fundo a fundo destinado ao SUS decorre de Transferência Legal, sendo dispensando a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos, RESOLVE:

Art. 1º Fica habilitado o município descrito no anexo I a esta Portaria, a receber os recursos estaduais destinados às ações de saúde decorrente de emenda parlamentar.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º O Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos Municipais de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 4º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 5º Os recursos orçamentários objeto desta portaria correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, no exercício de 2024, devendo onerar o programa de trabalho 10.302.0303.403801 Estruturação dos pontos de atenção das Redes de Atenção à Saúde.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Secretária de Estado da Saúde Pública, em Natal, 30 de dezembro de 2023.

Lyane Ramalho Cortez

Secretária de Estado da Saúde Pública-SESAP-RN.

*republicar por incorreção.

ANEXO I

ENTE HABILITADO A RECEBER RECURSO ESTADUAL

MUNICÍPIO	FUNDO DE SAÚDE	CNPJ	CÓD. EMENDA	VALOR (R\$)	GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	PROCESSO SEI
Extremoz	Fundo Municipal de Saúde	11.362.487/0001-79	150	R\$55.000	33	00810046.002431/2024-80